



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680310 - SP (2021/0220119-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
IMPETRANTE : GISELE BROLEZE  
ADVOGADO : GISELE BROLEZE - SP340061  
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PACIENTE : LUIS FERNANDO PADILHA (PRESO)  
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIS FERNANDO PADILHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC originário n. 2115994-13.2021.8.26.0000).

O Tribunal local, ao denegar a ordem formulada no *writ* originário epigrafado, manteve, no acórdão de fls. 35/39, a segregação cautelar do ora paciente, com arrimo precipuamente nos seguintes fundamentos, *litteris*:

[...] descreve a denúncia que, no dia 24 de março de 2021, por volta das 21h15, na residência localizada na Rua Uruguai nº 288, Jardim Adélia, comarca de Amparo, Luís Fernando Padilha **imbuído de animus necandi**, por motivo fútil, **prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação, tentou matar seu genitor José Padilha, idoso com 73 anos de idade**, não consumando o delito em razão de circunstâncias alheias a sua vontade.

Segundo o apurado, o denunciado, usuário contumaz de bebidas alcoólicas e entorpecentes, reside com seu genitor, mãe e irmãos. No dia dos fatos, iniciou-se uma discussão entre pai e filho, vez que o acusado apresentava inconformismo ao comportamento do genitor diante da família. Em dado momento, **o acusado**, completamente alterado, **passou a agredir o genitor com socos no rosto, fazendo com que ele caísse ao chão; pegou a cabeça dele e bateu no chão por várias vezes até que seu irmão Cosme se armou com um pedaço de pau e lhe desferiu um golpe para fazê-lo parar de agredir o pai**. O vizinho Claudio ouviu as discussões, inclusive o acusado dizendo: "vou te matar"; "mas como é, não morreu ainda?" e acionou a polícia militar. Em seguida, foi até a casa da vítima e a viu desacordada no chão, tendo lhe prestado os primeiros socorros. **Os policiais militares encontraram a vítima inconsciente ao solo, com muito sangue ao seu redor**. O acusado se preparava para deixar o local, mas foi preso em flagrante.

**Nesse contexto, o douto Juízo a quo decretou a prisão preventiva do paciente, observando que ele demonstrou frieza para com a vida humana**. Mencionou, ainda, que o indiciado foi encontrado no interior

da casa, com a camisa ainda suja com o sangue da vítima; **ele agrediu brutalmente o próprio genitor, não se inibindo diante do fato de que a vítima possui mais de 70 anos de idade.** [...]

Deste modo, o paciente demonstrou ser indivíduo de personalidade agressiva, de modo que sua permanência em liberdade colocaria em risco outras pessoas e até a futura colheita de prova testemunhal.

[...]

Por outro lado, não há que se falar em violação à garantia constitucional da presunção de inocência, pois não se trata de antecipação da pena ou de reconhecimento definitiva da culpabilidade, sendo certo que a decretação da custódia cautelar provém da periculosidade demonstrada nos autos.

[...] eventuais condições pessoais favoráveis não impedem a manutenção da custódia cautelar quando presentes os requisitos da prisão preventiva.

[...]

Nestas circunstâncias, não se vislumbrando qualquer constrangimento ilegal, mantém-se o decreto de prisão preventiva. (Fls. 37/39 - g.m.)

Consta dos autos a prisão em flagrante do custodiado, em 25/3/2021, ulteriormente convertida em preventiva, nos contornos do art. 310, inciso II, do CPP, decorrente de suposta prática do delito capitulado no art. 121, § 2º, inciso II, c/c os arts. 14, inciso II, e 61, inciso II, alíneas "f" e "h", todos do CP, nos termos do *decisum* de fls. 40/43.

Em suas razões, sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, ante a injustificada segregação processual do paciente, com condições pessoais favoráveis e sem representar qualquer "risco à suposta vítima" (fl. 8), além de despida de fundamentação idônea e de efetivo embasamento empírico, porquanto "sempre desempenhou conduta social condizente com a vida em sociedade e os bons costumes" (fl. 9), não preenche - como *ultima ratio* e em homenagem ao primado da presunção de inocência - os requisitos autorizadores do cárcere guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º; 312; 313, § 2º; 315 e 648, incisos I, todos do referido diploma, associados à dicção do art. 93, inciso IX, da CF/88.

Nesse panorama, roga a impetrante, liminarmente, pelo relaxamento da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor do paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, *ex vi* dos arts. 316, *caput*, 319, 648 e 654, § 2º, todos do CPP. No mérito, pugna pela concessão da ordem ambulatorial alhures, de forma definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente